

Uma atualidade *in extremis*: Foucault entre Marx e o neoliberalismo¹

Nilton Ken Ota

Professor da USP

A participação de Foucault no GIP marcou o momento de constituição de sua teoria estratégica das lutas no contexto de uma interlocução com militantes marxistas. O enfraquecimento dessa interlocução foi acompanhado pelo início das pesquisas genealógicas e por uma reformulação conceitual que dispersou o problema da racionalidade estratégica em benefício da construção de uma discursividade propriamente teórica. As controvérsias atuais ao redor dos sentidos do legado foucaultiano, cujo movimento pendular tem variado entre Marx e o neoliberalismo, revelam os efeitos de uma trajetória intelectual que se dividiu entre a reflexão crítica do combate concreto e a elaboração conceitual de um experimentalismo radical. Este artigo pretende reconstruir os principais pontos e conformações teóricas dessa trajetória.

Palavras-chave: marxismo, estratégia, neoliberalismo, engajamento, intelectuais

The participation of Foucault in GIP marked the moment of creation of strategic theory about the struggles in the context of a dialogue with Marxist militants. The weakening of that dialogue was accompanied by the start of genealogical research and, consequently, a conceptual reformulation which, among other changes, dispersed the problem of strategic rationality for the construction of a properly theoretical discursiveness. The current controversy surrounding the way the Foucault's legacy, whose pendulum has varied between Marx and neo-liberalism, reveal the effects of an intellectual journey that was divided between the critical reflection of the actual combat and the conceptual formulation of a radical experimentalism. The article **An Actuality in extremis: Foucault Between Marx and Neoliberalism** aims to reconstruct the main points and theoretical conformations that trajectory.

Keywords: Marxism, strategy, neoliberalism, engagement, intellectuals

A história da *army* faz destacar mais claramente do que toda outra coisa a precisão de nosso ponto de vista sobre a conexão entre forças produtivas e relações sociais. De uma maneira geral, a *army* é importante para o desenvolvimento capitalista. Por exemplo, nos Antigos o salário foi, antes de tudo, inteiramente desenvolvido no exército. Assim também nos Romanos, o *peculium castrense*, primeira forma jurídica reconhecedora da propriedade mobiliária de pessoas que não os pais de família. Iguamente o sistema corporativo no sistema das *fabri*. E ainda nesse setor, pela primeira vez a utilização das máquinas em uma grande escala. (...) A divisão do trabalho no interior de um mesmo ramo foi igualmente primeiro realizada nos exércitos. No mais, toda história das sociedades burguesas se resume, de um modo esclarecedor, naquela do exército. Se você tiver tempo para isso, é preciso tratar a questão desse ponto de vista.²

Karl Marx a Friedrich Engels (Londres, 25 setembro de 1857)

Marx, um contemporâneo

Em uma quase despercebida nota de rodapé de *Vigiar e punir*, Foucault havia registrado esta breve correspondência, aqui em epígrafe (Marx, 1975, p. 45), em inteira contradição com o que seria teorizado pelo seu remetente, anos mais tarde. Ainda que em condições de revelá-

la, com outro propósito e sem qualquer marcação de seu inconfundível estilo literário, talvez assim Foucault pretendesse sugerir um sinal de reconhecimento de sua filiação crítica com Marx, provável tentativa de trazer à tona e em primeiro plano sua teoria das lutas, o grande analista histórico da guerra social.³ A referência à carta, contudo, carrega uma função distinta, de reforço a um conjunto preexistente de teses a respeito do “sonho militar de sociedade” (FOUCAULT, 2014, p. 198), exposto por Jacques Antoine Hippolyte de Guibert em seu *Essai général de tactique*, de 1772. Em *Vigiar e punir*, o cotejamento com os discursos recolhidos dos arquivos reserva a Marx uma inusitada posição de interlocutor contemporâneo. Daí essa escrita refletir as intenções teóricas de seu autor. A anterioridade histórica da disciplina em relação à centralidade da produção capitalista se apresenta sob a ausência de argumentos em sua defesa. Para tanto, a dicção será sempre arquivista e documental. A massa discursiva formada pelos extratos sequenciados engaja o passado, as cenas genealógicas ganham personagens para o público de hoje. Nessa composição textual, a menção explícita a um contemporâneo lhe extirpa qualquer prerrogativa, sanciona sua inventividade ao espaço palimpsesto de outros enunciados. Por isso um Marx transformado em pensador do nosso tempo, amarrado à urdidura do poder, na longa duração das estratégias e suas afinidades eletivas. Na célebre seção sobre os “corpos dóceis”, a tese materialista de que a transformação da infantaria teria sido uma consequência direta do desenvolvimento técnico do fuzil, que permitiu a superação do “modelo físico da massa”, pouco ágil, impreciso e que impedia o ajuste e adequação conforme os objetivos traçados e alterados no curso das batalhas, em direção a um outro, baseado na concepção de unidade articulada, “um tipo de máquina cujas peças múltiplas se deslocam uma em relação a outra para alcançar uma configuração e obter um resultado específico” (Idem, p. 191).

As razões para as mudanças estruturais na organização militar teriam sido, em um primeiro momento, mais técnicas do que econômicas, mais vinculadas às necessidades militares do que aos ganhos de eficácia organizacional. A transformação técnica do exército precederia a econômica, mas seu transbordamento impôs outras exigências, convergindo com a racionalidade que, em breve, será a da produção capitalista. A resposta aos imperativos militares pela criação de uma “geometria de segmentos divisíveis da qual a unidade de base é o soldado móvel com seu fuzil” (Idem, p. 192) envolveria um investimento especial sobre o indivíduo no âmbito tático da “composição das forças”. Cada gesto deveria ser regulado, objetivando os ganhos de conjunto; incidência mínima de poder para resultados máximos de utilidade, descoberta central de *Vigiar e punir*. Momento preciso para a evocação de Marx, sem anúncios ou cerimônias, apenas a observação pontual de que as questões colocadas pela transformação da organização do exército seriam, afinal, “os mesmos problemas quando se trata de constituir uma força produtiva da qual o efeito deve ser superior à soma das forças elementares que a compõem” (Idem, p. 192), seguida

da passagem de *O Capital*, diluída em meio à profusão e ao valor historiográfico das citações, e que passaria despercebida não fossem os créditos ao fim da página:

Que o dia de trabalho combinado adquira essa produtividade superior dela multiplicando a potência mecânica do trabalho, estendendo sua ação no espaço ou diminuindo o campo de produção em relação à sua escala, mobilizando nos momentos críticos grandes quantidades de trabalho... A força específica da jornada combinada é uma força social do trabalho ou uma força do trabalho social. Ela nasce da própria cooperação (MARX *apud* FOUCAULT, 2014, p. 192).

Através de Marx, assim Foucault ratifica a positividade de *Essai général de tactique* e, por extensão, a validade da hipótese da anterioridade da disciplina em relação aos propósitos eminentemente econômicos da organização capitalista; ele faz seu o postulado de Guibert: “[c]omeçamos destruindo o antigo preconceito segundo o qual se imaginava incrementar a força de uma tropa aumentando-lhe a profundidade. Todas as leis físicas do movimento tornam-se quimeras quando desejamos adaptá-las à tática” (GUIBERT *apud* FOUCAULT, 2014, p. 190). Sob essa assertiva militar do século XVIII, o horizonte da generalização da utilidade como princípio da sociedade e suas instituições, transpassa em muito as fronteiras técnicas e suas anteriores disposições de guerra. Nessa *démarche* que submete a *Crítica da economia política* ao construtivismo genealógico, a disciplina representa uma solução para as novas exigências estratégicas, a saber, “construir uma máquina cujo efeito será maximizado pela articulação concertada de peças elementares que a compõem”. Ou seja, “a disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir corpos, de deles extrair e acumular tempo, mas de compor forças para obter um aparelho eficaz” (FOUCAULT, 2014, p. 192). Conclusão com a qual a carta para Engels revelaria toda a concordância de Marx, donde sua menção tão sutil quanto reveladora. O materialismo foucaultiano estaria integralmente fundado sobre a descoberta da “produtividade do poder” (LAVALL, 2015a), o que significaria dizer que a determinação econômica da sociedade seria uma realidade histórica particular, dependente e circunscrita por outra temporalidade, somente apreensível pelos recursos de um método emancipado de qualquer perspectiva linear-processual. Temporalidade hipotética e politicamente polêmica, para a qual *Vigiar e punir* pretendeu dar espaço, corpo e existência. Nisso a genealogia difere profundamente das narrativas historiográficas (FOUCAULT, 2001d). Sua objetividade não se vale de operações de reconstrução, demarcação das fontes documentais e consequente definição do espaço assertórico no interior do qual a interpretação pode ganhar valor. A genealogia empregada em *Vigiar e punir* desenvolve um juízo mediante a própria disposição arquivista dos enunciados. Antes de tudo, um discurso mais do que simplesmente uma análise teórica. Atualidade foucaultiana *in extremis*. Por isso a importância da dissolução das categorias marxianas, mas de modo a preservar sua verdade parcial.

É com esse procedimento que a vigilância panóptica se projeta sobre Marx, ganhando valência capitalista sem perder, contudo, sua dominância normativa, sua capacidade de “fazer funcionar relações de poder em uma função e uma função por essas relações de poder” (Idem, 2014, p. 241). Com o advento das grandes plantas fabris, o panóptico torna a “vigilância” um “operador econômico decisivo, na medida em que ela é, ao mesmo tempo, uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica no poder disciplinar” (Idem, p. 206). Observação acompanhada, novamente em rodapé, por uma citação de *O Capital*:

Essa função de vigilância, de direção e de mediação torna-se a função do capital, assim que o trabalho que lhe é subordinado se torna cooperativo, e como função capitalista ela adquire características especiais. (Marx *apud* Foucault, 2014, p. 206).

Ora, se “o esquema panóptico é um intensificador para não importa qual aparelho de poder” (Idem, 2014, p. 240), ele também é extensivo aos aparelhos capitalistas, já que se constitui como um “mecanismo misto no qual as relações de poder (e de saber) podem se ajustar exatamente e até no detalhe aos processos que são necessários controlar, de estabelecer uma proporção direta entre ‘mais-poder’ e ‘mais-produção’” (Idem, p. 241). Em suma, as relações de poder e seus efeitos, as lutas e suas estratégias não se situam mais na quadratura que o marxismo atribuíra à história e que nos anos 1960 amealhava grande parte dos engajamentos militantes de esquerda; elas devem ser decifradas sem as garantias do que era até então os consensuais postulados materialistas. Nenhum primado ao desenvolvimento das forças produtivas, tampouco uma vinculação em descompasso com as relações sociais. Daí por que a

disciplina não pode se identificar nem com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, de modalidade para exercê-lo, comportando todo um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação, alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (Idem, p. 251).

A disciplina como princípio normativo que percorreria toda a sociedade, transformando-se, ao avesso da totalização marxiana, no conceito sob o qual a história moderna poderia ser descrita e decifrada em sua abrangência e variedade não teria resultado tão-somente de uma ocultação do “referencial marxista sobre o qual os principais elementos da análise política foucaultiana foram elaborados”, um “marxismo esquecido” (LEGRAND, 2004, p. 28). Outros fatores foram bem mais importantes para que Foucault redirecionasse sua agenda de pesquisa, abdicando do modelo da guerra (FOUCAULT, 1999) em favor da “analítica do poder” (Idem, 1985, 2014). Para compreendê-los adequadamente, seria preciso proceder a uma investigação que não se restrinja aos aspectos

estritamente teóricos, mas faça o balanço da conjuntura política em que os problemas colocados ao pensamento francês tomaram forma social. É dessa perspectiva que a persistente interlocução marxiana de Foucault deve ser tratada e não a partir de uma atenção fixada em perquirir supostos indícios da atualidade no arcabouço de teorias pretéritas. Por essa razão, nenhuma “questão filosófica aberta” (BALIBAR, 1989, p. 73), a despeito de permanecer “aporética”, porta as justificativas que a façam merecer prioridade. Fundamental compreender a valoração foucaultiana de Marx em seus diferentes usos e conforme as contingências políticas envolvidas em cada momento de seu trabalho, ao invés de se interrogar se uma “dialética é pensável” sem que ela seja uma mera “antecipação imaginária do fim das contradições”, se ainda existiria pertinência em realizar a “análise de seu movimento atual, em suas determinações internas” (Idem, p. 73) ou procurar saber se os efeitos de ideologização das premissas da “sociedade disciplinar” partiriam da ausência da “teoria da exploração” e da “teoria do modo de produção capitalista” (LEGRAND, 2004, p. 28), se a genealogia proposta promoveria “homologias fictícias” para que uma “significação unívoca” pudesse ganhar inteligibilidade (Idem, pp. 32-33). Em Foucault, o reposicionamento da teoria do poder não foi consequência das transformações de sua leitura de Marx, mas o contrário, sua interpretação oscilou segundo a dinâmica intelectual e institucional do marxismo. Sua evolução teórica acompanhou e, nos limites da autonomia relativa do “campo do politicamente pensável” (BOURDIEU, 1979, p. 465), assimilou as controvérsias sob a hegemonia crepuscular do Partido Comunista Francês (PCF). Do mesmo modo, as reconstituições da história dessa interlocução são igualmente passíveis de oscilações, conhecimento destinado a ser constantemente permeável aos eventos do presente, apesar ou sobretudo porque pode contar com o crescente acesso aos arquivos pessoais de Foucault, além da diversificada e internacionalizada área de estudos sobre sua obra.

Um legado em disputa

O problema a respeito da definição dos pontos de tangência entre Marx e Foucault tem alimentado polêmicas e debates, especialmente a partir do início da publicação, em 1997, dos cursos no Collège de France. A ordem de lançamentos adotada pelos editores expressaria uma classificação prévia e de acordo com um entendimento particular do desenvolvimento das temáticas escolhidas por Foucault. A inauguração da série com *Em defesa da sociedade*, de 1976, para muitos comentaristas aquele que melhor expressou a inflexão da leitura foucaultiana de Marx; as publicações subsequentes, que contemplaram, primeiro, a abordagem da normalização disciplinar e, depois, questões relacionadas às noções de governo e de conduta; os últimos cursos publicados,

Sociedade punitiva, de 1972-73, e o mais recente *Teorias e instituições penais*, de 1971-72, nos quais se deu o diálogo mais direto com o marxismo (BALIBAR, 2015a). Os efeitos dessa sequência têm incitado um movimento pendular entre dois extremos ideológicos. De um lado, uma recepção que procura retomar os paralelismos e cruzamentos entre Foucault e Marx; do outro, a defesa da imparcialidade política subjacente à suposta concordância foucaultiana com a ampliação neoliberal dos espaços de autonomia individual. Para os primeiros, Foucault teria se inscrito na tradição marxiana porque, com a abordagem da “governamentalidade”, optou por jogar o “acento sobre a economia do poder” e não sobre o “poder da economia” (LEMKE, 2004, p. 23); porque foi “mais longe” que Marx “na sua análise das técnicas de poder” (LAVALL, 2015a, p. 39); porque, “ao elaborar sua anatomia política do poder”, ele “descreveu um feixe relativamente coordenado de dominação se exercendo pelo viés das micro-relações de poder”, estas associadas a amplas estratégias dos aparelhos do Estado (JESSOP, 2004, p. 101). Do encontro cruzado entre Marx e Foucault, a possibilidade de liberar suas potências e vislumbrar suas “verdades relativas”, de extrair seus respectivos “materialismos históricos”, ao invés do insolúvel antagonismo entre os “modelos da ‘crítica’ e da ‘verdade’” e suas “práticas políticas divergentes” (BIDET, 2014, p. 10).

Em contrapartida, para o segundo grupo, trata-se de reconhecer, nos últimos anos da produção foucaultiana, a função decisiva da “descoberta da tradição liberal” como “possibilidade de emancipação” entre “a obsessão pelo cálculo e a espiritualização do eu” (BEAULIEU, 2010b, pp. 802-810), um autor simpático ao neoliberalismo ascensional, que chega mesmo a fazer a apologia de sua corrente norte-americana (EWALD, 2012, p. 4). Pensador que teria utilizado a racionalidade neoliberal como “uma tática teórica, permitindo entrever a forma que poderia tomar uma ofensiva contra a sociedade disciplinar” (LAGASNERIE, 2012, p. 175), e que, “longe de ter antecipado as consequências por vir, quase as encorajou em nome de uma maior autonomia e revolta do sujeito contra as estruturas institucionais e as ‘grandes narrativas’” (ZAMORA, 2014, p. 112). Ou, mais ainda, seriam observáveis no conceito de “biopoder” a intenção foucaultiana de afastar a possível homologia entre o “goulag” e o “*grand renfermement*”, temendo que ela “pudesse ser utilizada para fazer parecer similares todas as perseguições”, deixando “o PCF se aproveitar disso e permitir à esquerda não modificar seu discurso” (CHRISTOFFERSON, 2014, p. 32). Em resposta à necessidade de conferir ao regime de Moscou um passado genealógico distinto da história liberal das disciplinas, como o próprio Foucault havia arriscadamente levantado hipótese, o novo conceito viabilizaria uma crítica precisa à história soviética, visto que a tecnologia biopolítica não seria disciplinar, mas voltada para o controle das populações, mais adequada, portanto, para a compreensão dos processos de segregação concentracionária envolvidos na formação do “goulag”.⁴

A profusão de declarações de Foucault, publicadas com regularidade e segundo uma linha editorial marcada pela indistinção entre o estatuto teórico de um texto e o significado circunstancial de um “dito”, tem determinado a recepção aberta e diversificada de sua obra, bem variável mesmo entre seus especialistas, foco constante de posições interpretativas antagônicas e com motivações ideológicas opostas. Essa qualidade, presente também nos principais autores críticos do pensamento francês da década de 1970, tem sido particularmente sensível aos contextos de politização desde então. A publicação de novos materiais e o acesso a versões inéditas de textos estimulam as valorações ideológicas de lado a lado, a exemplo do que vem ocorrendo com o último ciclo de lançamentos dos cursos no Collège de France. Com o amparo de instituições criadas com a finalidade de preservar o legado de Foucault, a organização e publicação gradativa do material de trabalho acumulado ao longo de seus quase quarenta anos de intensa atividade intelectual estruturam as polêmicas sem interferir diretamente sobre seu conteúdo.⁵ A política do legado foucaultiano reproduz os princípios de sua arqueologia, o tratamento documental da descontinuidade extraída de sua obra (FOUCAULT, 1995, p. 10) e da pluralidade de seus posicionamentos públicos.⁶ Apenas recentemente as controvérsias em torno desse legado assumiram a via mais próxima à genealogia, a um debate calcado na reconstrução das problematizações a partir de uma interpelação política do tempo histórico de seu desenvolvimento e maturação. É provável que as razões para o advento de abordagens como essas, concentradas principalmente na trajetória da atitude intelectual do que na formação arqueológica dos conceitos, estejam condicionadas por fatores conflitantes, distribuídos entre os planos editoriais, a entrada de nova e abundante documentação no arquivo da Bibliothèque Nationale de France e sua recepção, seleção e produção pelo campo profissional de estudos, ele mesmo atravessado crescentemente por forças que são, em geral, exteriores aos seus procedimentos de legitimação. O fato de a abertura e o fechamento da publicação dos cursos terem tomado como eixo a interlocução com Marx e o marxismo termina por estimular os acirramentos e disputas, como revelaria recentemente um dos personagens dessa história, Étienne Balibar, em carta dirigida aos editores, publicada no anexo do curso de 1971-72, *Teorias e instituições penais*.⁷

Em diferentes momentos de seu trabalho e em conjunturas políticas bem diversas, muitos seriam, por certo, os sinais comprobatórios do “acerto de contas” que, como presume Balibar, Foucault teria procurado fazer com Marx e o marxismo. Algumas semanas após a redação dessa carta, o antigo discípulo de Althusser daria uma conferência sobre o assunto⁸, ocasião em que exporia o mesmo balanço, mas agora acrescido de testemunho e de interpretação sobre o que seria, para ele, o “anti-Marx de Michel Foucault”. O ponto inconciliável entre Marx e Foucault diria respeito às suas antropologias e aos seus respectivos horizontes políticos. Seriam nesses termos que

a desalienação marxiana pela constituição de uma subjetividade coletiva não encontraria qualquer acolhida em Foucault, partidário de uma espécie de “ética de ultrapassagem da individualidade normal e normalizada”, com forte inspiração em Nietzsche (BALIBAR, 2015b, p. 98). Daí a hipótese de um liberalismo foucaultiano, definido por uma “lógica da ação que maximiza os espaços de liberdade”, um “liberalismo (...) pouco compatível com as instituições do liberalismo realmente existente”, uma “prática da verdade” exterior à norma: “heterotopia e contra-conduta” (Idem, p. 102). Embora Balibar não tenha destacado a função estratégica do conceito de governamentalidade no cenário de um possível reposicionamento do autor de *Vigiar e punir* no debate com os marxistas e frações intelectuais representativas da esquerda francesa, suas conclusões a respeito da incompatibilidade com Marx não deixam de confessar sua implícita concordância com os intérpretes que, solidários à ideia de um Foucault neoliberal, procuram desativar as fontes que poderiam impulsionar uma teoria fundada na crítica à produção material da exploração capitalista e aos mecanismos de subjetivação massificados por diferentes regimes de governo⁹.

Um experimentalismo intelectual radical

Por um lado, seria possível apreciar essa mesma significação atribuída à ordem de lançamentos dos cursos a partir de uma abordagem não classificatória, que considere o “diálogo ininterrupto”, a interrogação marxiana no *corpus* teórico como relação complexa, densa e intrigante que “não se resume a uma adversidade constante e geral”¹⁰, muito além, portanto, da opção forçada, para falar com outro protagonista dessa história, entre “um Foucault (ainda) marxista e aquela de um Marx (já) foucaultiano” (MACHEREY, 2014, p. 212). Por outro lado, necessário não ocultar que a disputa pelo sentido político do legado foucaultiano não foi e nem se tem dado exclusivamente segundo as polêmicas travadas com o marxismo. Duas direções contrárias, coligadas sob aparências difusas. Mas não teria sido o próprio Foucault a fornecer os caminhos que conduzem as atuais contendas a um continente politicamente à deriva, ao reconhecer, a um só tempo, os limites de sua teoria sobre as disciplinas, levando-o a propor a abordagem sobre as “tecnologias de si” (FOUCAULT, 2013, p. 38), e a importância de Marx, convertido em autor da positividade e produtividade das formas heterogêneas do poder (Idem, 2001b, p. 1005)? Seu “ethos experimental”, aliado a uma inclinação iconoclasta similar à paixão política das vanguardas, não teria responsabilidade pelas contradições que o lançaram ao desfileiro filosófico do neoliberalismo? (DEAN, 2015, p. 393). Ou seja, a afinidade teórica entre suas prospecções por uma *épistémè* não antropocêntrica e a redefinição anti-humanista da

organização social professada pelo neoliberalismo norte-americano (BEHRENT, 2015, p. 383) não lhe teria conferido elementos adequados para a configuração de uma nova governamentalidade, donde sua releitura – tão enfaticamente sublinhada por um dos principais envolvidos nas polêmicas atuais – do conceito kantiano de “crítica” como “arte de não ser excessivamente governado” (FOUCAULT *apud* AUDIER, 2015a, p. 408)?

No centro dos impasses e controvérsias da teoria foucaultiana, a radicalidade de um diagnóstico forjado pelas referências iniciais da genealogia do governo da conduta, consolidada no final dos anos 1970, em especial o questionamento sobre a normatividade que teria caracterizado os Estados totalitários, a “governamentalidade de partido” (FOUCAULT, 2008, p. 264). Foucault trabalharia apenas lateralmente o problema, com apreciações breves e comentários bissextos, entre os quais, a hipótese de que os regimes socialistas não haviam criado nada de novo em relação à Europa capitalista, na medida em que reproduziam suas técnicas de poder, instituídas nos séculos XVIII e XIX com a finalidade de controle das forças produtivas.¹¹ Como se vê, essa formulação ainda se apoiava nos parâmetros conceituais da genealogia das disciplinas. O registro da primeira aparição do termo “governamentalidade de partido” data de 7 de março de 1979, sob o argumento de que a extensão do controle estatal, por meio da incidência dos mecanismos biopolíticos sobre as populações e os indivíduos, não autorizaria qualquer afinidade entre o Estado providência e o Estado nazista, fascista ou stalinista. A inflação do Estado mediante um crescente aparelhamento das tecnologias de governo pautadas na vida não se assemelha e nem possui a mesma história que a do totalitarismo hitlerista ou da União Soviética de Stalin. Foi justamente para preparar uma diferenciação genealógica entre elas que Foucault propôs a noção de “governamentalidade de partido”, que seria, no quadro referencial do curso de 1979, o apanágio da evolução dos regimes totalitários. Ao contrário do modelo administrativo do Estado bismarckiano, essa “governamentalidade” não seria estatal e também não deveria ser confundida com o que alguns dos contemporâneos de Foucault identificavam como processo histórico de burocratização da sociedade.¹² Não se tratava de uma estatização generalizada ou de uma fascistização tendencial. A conjuntura seria integralmente outra, estruturada por uma forte linha de convergência histórica em direção ao “decréscimo da governamentalidade do Estado”, seja o representado pela ascensão da “governamentalidade de partido”, nos países socialistas, seja o concretizado no bloco capitalista pela busca por “uma governamentalidade liberal” (Idem, pp. 264-265).

Esses problemas deveriam ser examinados por um estudo sistemático da formação da “governamentalidade de partido” desde o final do século XIX. Em sua última estadia na Universidade de Berkeley, no final de 1983, após um ciclo de conferências sobre as práticas do “cuidado de si” na Grécia antiga, Foucault participaria de dois seminários com estudantes, de onde sairia a ideia de um projeto coletivo e interdisciplinar de pesquisa. Os tópicos de estudo

estavam abertos à escolha do grupo, mas temas contemporâneos eram favorecidos e contavam com o especial interesse de Foucault. Por sua sugestão, o programa incluiu as políticas de saúde do século XIX e o que ele chamou de “nova racionalidade política dos anos 1920”, o ascetismo dos revolucionários. Sob o título de *News Arts of Government in the Great War and Post-War Periods*¹³, o programa contemplaria inicialmente três grandes conjuntos históricos, no interior dos quais as temáticas seriam tratadas: o *Welfare State*, os fascismos e o stalinismo¹⁴. Com a morte de Foucault, tal trabalho coletivo jamais foi realizado. Três dos seus integrantes, no entanto, deram continuidade às linhas definidas pelo grupo, dando origem, anos depois, a publicações individuais. Keith Gandal (2008) tratou da literatura de mobilização nos tempos do *New Deal* norte-americano; Stephen Kotkin (1997) deteve-se no período stalinista e David Horn (1994) nas tecnologias de reprodução biológica na Itália fascista dos anos 1920-30. O impacto que teria o programa em Berkeley sobre os trabalhos de Foucault somente pode ser especulado, talvez significativamente heterodoxo porque gestado no universo das discussões com um grupo de pesquisadores norte-americanos, que não eram, portanto, seus assistentes diretos e que possuíam formação cultural bem distinta da tradição escolar francesa (BEAULIEU, 2010a).

Neste sentido, há que se destacar as ponderações e esclarecimentos dados pelo próprio Foucault em relação à suposta ausência de uma invenção governamental na experiência histórica socialista. Com a clara intenção de delimitar o alcance das significações de uma problematização fronteira e que evocava, a todo instante, a ambiguidade de seu próprio discurso, a tópica biopolítica do governo das condutas incluiu o neoliberalismo na sua estratégia analítica, sem, contudo, qualificar explicitamente um julgamento crítico correspondente. Embora seja possível observar, no arcabouço conceitual da “governamentalidade”, a integração entre as escalas estrutural e “microfísica” do poder (NIGRO, 2008; JESSOP, 2004, 2011; LEMKE, 2004), isto é, uma análise tanto da conduta individual como das tecnologias de controle populacional (FOUCAULT, 2013, pp. 38-39), ainda assim o arcabouço foucaultiano carecia de recursos heurísticos suficientemente flexíveis a ponto de incluí-las em um mesmo arco de questões historicamente situadas. Por isso suas oscilações frequentes diante dos fenômenos que não encontravam objetividade no engendramento arquivista ou que não eram mais retidos a partir da experiência militante, como a praticada no Groupe d’information sur les prisons (GIP) sob o espesso e frequente diálogo com os marxistas dos grupos extraparlamentares da esquerda maoísta. Uma flutuação axiológica à beira da neutralidade descritiva, em tudo diferente do perspectivismo do saber genealógico das lutas:

Acrescento logo que, ao dizer isso [*que os países do bloco capitalista buscam uma governamentalidade liberal*], tento não fazer nenhum juízo de valor. Falando de governamentalidade liberal, não quero, com a utilização da palavra “liberal”, sacralizar ou valorizar de saída esse tipo de governamentalidade. Não quero dizer tampouco que não seja legítimo, digamos, odiar o Estado. Mas creio que o que não se deve fazer é imaginar que se descreve um processo real, atual e que diz respeito a nós todos quando se denuncia a estatização ou a fascistização, a instauração de uma violência estatal etc. Todos os que participam da grande fobia do Estado fiquem sabendo que vão no sentido em que sopra o vento e que, de fato, em toda parte, se anuncia faz anos e anos um decrescimento efetivo do Estado, da estatização, da governamentalidade estatizante e estatizada. Não digo em absoluto que se engana sobre os méritos e deméritos do Estado quem diz “é ruim” ou quem diz “é ótimo”. Meu problema não é esse. O que digo é que não devemos nos enganar acreditando que é próprio do Estado um processo de fascistização, que lhe é exógeno e decorre muito mais do decrescimento e do desconjuntamento do Estado. Quero dizer também que não devemos nos enganar sobre a natureza do processo histórico que toma atualmente o Estado, ao mesmo tempo, tão intolerável e tão problemático. Bem, é por essa razão, digamos, que eu queria estudar mais detalhadamente a organização do que poderíamos chamar de modelo alemão e sua difusão, estando entendido, é claro, que esse modelo alemão, tal como eu procurava descrevê-lo para vocês e do qual eu gostaria de lhes mostrar agora algumas das formas da sua difusão, não é o modelo tão frequentemente depreciado, renegado, amaldiçoado, repugnado do Estado bismarckiano em via de tornar-se hitlerista. O modelo alemão que se difunde, o modelo alemão que está em questão, o modelo alemão que faz parte da nossa atualidade, que a estrutura e a perfila sob o seu corte real, esse modelo alemão é a possibilidade de uma governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008, p. 265).

A contundência que levou Foucault a marcar uma distância entre a governamentalidade neoliberal – o “modelo alemão” – e as versões históricas do totalitarismo não parece explicável se centralizada na contextualização social e política do curso de 1979, por mais detalhada e exaustiva que seja. O conhecimento das circunstâncias e dos eventos que antecederam e cercaram as aulas sobre o neoliberalismo vem fundamentando a defesa de supostas prerrogativas historiográficas – direta ou indiretamente pronunciadas –, como a observada em vários comentadores e estudos desde a publicação de *Nascimento da biopolítica*. Daí toda sorte de reconstruções conjunturais orientadas pela resignificação retrospectiva, não raro arbitrária. Assim o antiestatismo de Foucault teria encontrado nos novos sindicatos, apartados das velhas Centrais – órgãos expandidos do PCF –, as vias que o levaram até a convergência com a teoria do capital humano da Escola de Chicago (AUDIER, 2015b; DEAN, 2015). Antiestatismo também traduzido em disposição intelectual anticomunista, a ponto de Foucault modular seu discurso segundo o cenário eleitoral que se anunciava (CHRISTOFFERSON, 2004a). Ou a explicação para a dissociação entre neoliberalismo alemão e Estado securitário dada a partir de episódios retirados do ativismo de Foucault – especificamente, o posicionamento contra a prisão do advogado da RAF (Fração do Exército

Vermelho) – e sua repercussão na interlocução com outros intelectuais de esquerda – sobretudo o rompimento com Deleuze. A negativa foucaultiana em igualar o “modelo alemão” aos regimes totalitários decorreria da própria dualidade histórica da governamentalidade neoliberal em relação ao Estado, dividida entre sua “fobia” e sua intervenção (HANNAH, 2012). A despeito dos seus inegáveis rendimentos analíticos, esses estudos não podem prescindir da circunscrição do “campo de força”¹⁵ em que gravitam os acontecimentos, na ausência da qual a própria relação entre o engajamento político de Foucault e o desenvolvimento de sua teoria permanecerá pouco esclarecida (HOFFMAN, 2014). Antes de escorar convicções em um rochedo conceitual e permitir a cristalização de uma nova dicotomia, agora entre contextualismo e análise interna da obra, trata-se, portanto, de reconhecer e assimilar a complementaridade entre essas duas abordagens.

No plano teórico, a definição das vertentes do neoliberalismo como objeto de investigação permitiu a Foucault introduzir a escala intermediária na genealogia do governo das populações, ajustando suas categorias ao nível da incidência específica das normas neoliberais, de modo que a relação entre o “sujeito e seu meio”, a “mesopolítica”, se tornasse inteligível (LAVAL, 2015b, p. 9). É nesse momento do programa foucaultiano que a “biopolítica” reúne as condições para o exame de um controle normativo não mais caracterizado pela eficácia das técnicas disciplinares e que, ao mesmo tempo, articule todas as escalas de uma formação social, da população à subjetividade. As inferências sobre diferentes correntes doutrinárias e experiências históricas do neoliberalismo, bem como sua comparação com os princípios clássicos do liberalismo, ganham cálculo, são expostas e discutidas conforme objetivos determinados, aterrados por uma perspectiva transversal às distintas escalas do poder. Por isso as afinidades políticas entre Foucault e o neoliberalismo somente podem ser imaginadas. Tampouco o recuo ao jogo e à cena política autorizaria qualquer constatação nessa direção. O mesmo pode ser dito sobre as conclusões que uma “arqueologia intelectual” do neoliberalismo é capaz de produzir (AUDIER, 2012), aí incluindo aquelas sustentadas por volumosa e detalhada documentação sobre a vida política francesa da segunda metade da década de 1970 (Idem, 2015b), ainda que se reconheça que Foucault não foi “nem adversário, nem apologista do neoliberalismo” e que seu curso de 1979 possua os traços de uma tematização do “socialismo de seu tempo, no contexto do liberalismo giscardiano” (Idem, pp. 52-53).

A precocidade com que Foucault capturou as primeiras trepidações do neoliberalismo europeu, antes mesmo da eleição de M. Thatcher, na Inglaterra, e R. Reagan, nos EUA, não mereceu desdobramentos e nem levantou debates à época. As controvérsias tardaram mais de vinte anos para se manifestarem, ao menos na França. Não parece ser por acaso que os primeiros textos publicados sobre o conceito de “governamentalidade” tenham sido traduções de algumas

aulas de 1978, primeiro em italiano, depois em português e inglês¹⁶. A receptividade do público francês era substancialmente menos sensível do que a compreensão demonstrada pela audiência estrangeira de um seleto grupo de frequentadores das aulas no Collège de France. A própria história da circulação do conceito revela a ascendência dessa audiência sobre a produção bibliográfica dos comentadores de Foucault (MEYET, 2005). Para Colin Gordon, o primeiro a empreender, muito antes da publicação dos cursos na França, um trabalho de sistematização do conceito (GORDON, 1991), haveria no Reino Unido uma rápida percepção das consequências sociais do neoliberalismo devido à conjuntura política doméstica, definida pelo início do domínio de quase duas décadas do Partido Conservador (DONZELOT e GORDON, 2008)¹⁷. Mas a afinidade entre a análise foucaultiana da biopolítica e a cultura britânica não se restringiu a esse contexto mais imediato. A problematização das condutas, cerne dos estudos sobre a “governamentalidade”, pode ser relida por meio da modernidade britânica, iniciada pela economia e não pela política¹⁸. Daí a substituição da referência crítica no curso de 1979. Era preciso conceber uma racionalidade que transpusesse a esfera do poder disciplinar e a “arte republicana de governar” (DONZELOT, 2005, p. 62), reconhecendo o primado da economia como prática de governo, o que justificaria o interesse de Foucault pelos teóricos do neoliberalismo. Contudo, para que isso ganhasse consistência e assim deslocasse a agenda de pesquisa, a tematização do liberalismo, que antecede e prepara a investida foucaultiana sobre o governo neoliberal, transitou inicialmente no interior da configuração histórica britânica. Se essa interpretação a respeito da última grande conformação do pensamento foucaultiano estiver correta, também conviria estendê-la e nela incorporar novos elementos, inexistentes na época dos cursos porque observados, principalmente, a partir da intensificação neoliberal dos anos 1990.

Entretanto, muito mais do que encampar uma pesquisa das matrizes teóricas do neoliberalismo, o curso de 1979 define sua racionalidade como uma problematização geral sobre o exercício de governo. Seu escopo lançava luz sobre uma novidade histórica em pleno processo de implantação, visto que, ao contrário do liberalismo, preocupado em definir os limites da intervenção estatal, a razão neoliberal constituía-se nos termos de uma atenção reflexiva permanente sobre a conduta e o governo. Essa qualidade distintiva obrigou a análise foucaultiana a um deslocamento significativo, o que já indicava a escala e o alcance dos conceitos propostos no âmbito de sua crítica aos teóricos do neoliberalismo. Conversão da própria perspectiva por meio da qual organizava, formal e materialmente, sua terminologia e seu modo de significação; destituição da centralidade do republicanismo francês e afirmação de um novo ponto de vista, condicionado por uma alteração de sua referência político-cultural. Já presente nos estudos sobre a sociedade disciplinar, a modernidade britânica assume lugar privilegiado, embora fortemente codificada, nos cursos e

trabalhos de Foucault a partir dos meados da década de 1970 (GORDON, 1996). O aspecto fundamental dessa mudança consiste na correlata transformação da problematização subjacente aos principais conceitos elaborados naquele momento. A extração dos supostos significados, recônditos ou subliminares, da leitura foucaultiana do neoliberalismo tem chamado a atenção dos comentadores, desde a publicação do curso. Daí as querelas atuais em torno do legado de Foucault expressarem o funcionamento de uma autêntica “discursividade” (FOUCAULT, 2001e).

É na esfera normativa do trabalho intelectual que o projeto de constituição de um saber estratégico por intermédio da teoria, vislumbrado primeiramente por Foucault durante sua militância na questão prisional, define um regime conceitual nucleado nas modulações e nos frequentes deslocamentos, fortemente investidos de interesses e disputas. Pela afirmação de um novo ativismo, fundado antes na estratégia do que nas ideias e valores, Foucault convertera-se em “função” de seu próprio pensamento. Por isso a chave para a compreensão da significação política da discursividade foucaultiana esteja irmanada aos impasses gerados pela natureza contingente de um pensamento que, no início da década de 1970, cada vez mais identificava-se com a mobilidade dos jogos táticos, com a indeterminação do teatro bélico de operações. A problematização sobre o neoliberalismo respondeu tardiamente, mas ponto a ponto, à figura desenhada por essa identificação. O desencontro entre o momento de formulação da teoria estratégica e o advento das tecnologias neoliberais definirá a sorte dessa discursividade. As aparentes afinidades entre eles não revelam, contudo, qualquer partilha política necessária. Naqueles dias, a doutrina econômica do neoliberalismo ainda era pouco conhecida e sua realidade normativa sequer implantada pelo governo Giscard. O modelo em notória situação de expansão na Europa era o alemão, instituído como reinvenção econômica de uma sociedade destruída pela guerra. Na França, essa matriz doutrinária teria sido filtrada pelo republicanismo originário de suas instituições públicas, de uma “governamentalidade fortemente estatizada, fortemente dirigista, fortemente administrativa” e, como Foucault não deixaria de ressaltar, “com todos os problemas que isso implica”, sendo o neoliberalismo implantado de “maneira lenta, insidiosa” por meio dos “gestores do Estado” (Idem, 2008, p. 266).

Enquanto horizonte da atualidade política francesa, o neoliberalismo constituía, para Foucault, uma referência de experimentação conceitual, independente da topografia arquivista da genealogia e suas enunciações heurísticamente positivistas. É bem provável que tenha sido a excepcionalidade da abordagem escolhida no curso de 1979 a responsável pela dificuldade, vivida por qualquer leitor ou pesquisador interessado, em situar a análise foucaultiana do neoliberalismo e o constante apelo, incontornável, equívoco e resultante da intermitência crítica do autor, por uma atitude mais assertiva de sua “ontologia do presente”. Conjecturar ideias a propósito de um Foucault neoliberal seria risível não

fosse a instabilidade dos efeitos globais de sua produção teórica nesse momento, cujas fontes podem ser certamente apreendidas do seu desenvolvimento endógeno; sua real compreensão, no entanto, não pode prescindir da análise da configuração política na qual os problemas foucaultianos estavam completamente imersos e de onde eram retiradas as noções operatórias, quase sempre cifradas, de seu experimentalismo genealógico. Em verdade, a polarização atual em torno de Foucault tomou impulso em uma zona epistemológica de certo modo comum entre os intelectuais que formavam o pensamento crítico dos anos 1970. Nesse aspecto, o estatuto puramente instrumental da noção de disciplina, consagrada em *Vigiar e punir*, descortina os pressupostos de uma concepção de poder que tomava forma no esteio das profundas transformações pelos quais passava a esquerda francesa. A intermitência foucaultiana pode ser explicitada com a hipótese, levantada durante sua participação no GIP, de um processo de totalização do poder (OTA, 2016). *Vigiar e punir* não daria sequência a ela, sendo, antes mesmo, a sua recusa e negação. Mas esse silêncio sobre a unidade e as grandes configurações do poder não implicou qualquer parcimônia ou lacuna teórica; ele foi preenchido pela imagem de um poder ubíquo e heterogêneo, relacional e microfísico, todavia também vazio e formalmente objetivo. Ao menos no que diz respeito ao GIP, a instrumentalidade dessa imagem se revelou vizinha da estratégia mais importante do coletivo, a transferência da força enunciativa da política para os detentos e, por extensão invertida, a dessubjetivação do engajamento dos intelectuais (GIP, 2003, 2013).

O caráter estritamente estratégico do GIP poderia ser associado à própria formação histórica da disciplina, como trabalhada em *Vigiar e punir*. A tecnologia gipeana teria sido contínua aos mecanismos prisionais, introduzindo no sistema de justiça, ao contrapelo de sua aplicação usual, a mesma lógica de articulação entre as práticas de dominação e de resistência¹⁹. A eficácia penitenciária das relações de poder seria, assim, deslocada e apropriada pelos detentos. Eclusão de um novo ilegalismo, cuja produtividade havia sido gestada no bojo das normas que engendram a recriação cíclica da delinquência. Ilegalismo capaz de transpor os muros das prisões e fazer “ouvir o ronco surdo da batalha” (FOUCAULT, 2014, p. 360), de dramatizar, com os próprios corpos e existências, um social em ruína. Que essa aproximação somente possa ser realizada, em última instância, a partir de uma presunção nominalista – apresentada em algumas passagens de *Vigiar e punir* e declarada em *A vontade de saber*²⁰ – e de uma objetivação instrumental – exercida ao longo da militância gipeana –, nenhuma relativização de natureza teórica ou política pode ocultar a evidência das contradições do pensamento foucaultiano, seus impasses e dilemas. Os motivos do recuo e, posteriormente, do reposicionamento de Foucault diante da hipótese de totalização do poder apresentam semelhanças com a experiência vivida por outros intelectuais da época e, em particular, com a daqueles que igualmente propuseram a criação de dispositivos como o GIP. Momento de incertezas, mas também de emergências históricas, primeiros sinais de uma outra racionalidade estratégica do poder, a atualidade neoliberal.

Notas

¹ Este artigo resulta de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

² As traduções presentes neste artigo são de minha autoria e responsabilidade, salvo citações retiradas de edições brasileiras.

³ Importante destacar o comentário e a hipótese levantada por Christian Laval para o fato de Foucault ter ignorado a evidente contradição contida nesta carta: “Essa referência à correspondência de Marx e de Engels em *Vigiar e punir* diz, no entanto, sobre o retorno que Foucault opera a partir de Marx, um retorno que é também uma maneira de liberar Marx de um certo determinismo econômico muito estreito (o que Marx chama em sua carta a Engels de “nosso ponto de vista”). Foucault não destaca o estranhamento dessa carta, a contradição interna tão flagrante, talvez flagrante demais. É, sem dúvida, para melhor colocar em relevo alguns aspectos “muitos marcantes” do pensamento de Marx deixados em repouso, como indica Foucault. Mas sem dúvida também para fazer valer que Marx, devido ao interesse que sempre teve pela guerra e luta, não foi somente o pensador do processo de autovalorização do capital, mas igualmente um pensador mais secreto, em todo caso menos comentado, da guerra na história das sociedades. Se é com Marx que Foucault pensa o poder, é também contra ele, o que supõe “cindir Marx”, fazendo aparecer suas tensões internas.” (LAVAL, 2015, p. 41).

⁴ Alinhado a outros intelectuais, temerosos do retorno das antigas modalidades do socialismo de Estado, essa intenção seria também de fragilizar a “Union de la Gauche”, coalisão entre comunistas e socialistas que teria, de acordo com as estimativas, fortes chances de vitória nas eleições de 1978 (CHRISTOFFERSON, 2014, pp. 25-26; 2004).

⁵ O Centre Michel Foucault é a organização responsável pela preservação e divulgação da obra foucaultiana.

⁶ Foi segundo essa orientação que, na convocatória para seu programa de fomento à pesquisa, a Bibliothèque nationale de France justificou arqueologicamente o valor e as possibilidades de estudo do seu recente acervo, o maior existente, sobre Michel Foucault: “Os arquivos de Michel Foucault comportam 37.000 folhas distribuídas em quase 90 caixas ou dossiês de arquivos, que recobrem 40 anos de trabalho. Eles representam uma sorte de instantâneo do ateliê do filósofo no instante de sua morte, uma vez que se Foucault não guardava quase nada dos livros publicados, ele conservava o que poderia ser útil ao desenvolvimento de seu pensamento (documentação acumulada, manuscritos dos cursos, conferências, artigos etc.): daí a importância da massa quase vertiginosa das notas de leitura que constituem uma etapa essencial no desenvolvimento dos conceitos. Seu estudo seria uma via de acesso privilegiado ao conhecimento dos anos de formação do filósofo e ao método arqueológico de inspeção que funda sua análise dos discursos” (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, Appel à chercheurs 2014-2015, p. 11).

⁷ “Como preâmbulo, eu diria – mas aqui, reconheço que se trata de uma hipótese muito impressionante – que a publicação sucessiva, em ordem cronológica invertida, desde o curso sobre “Em defesa da sociedade”, depois “A sociedade punitiva” e, por fim, “Teorias e instituições penais” (...), minha impressão é que Foucault procedeu a três tempos de um grande acerto de contas com o marxismo (sustentados, bem entendido, pelos debates da época, e “arbitrado”, de uma certa maneira, pelos jovens de minha geração, maoístas dos quais ele se aproximou, particularmente no GIP, e de outros também): no primeiro tempo (71-72), temos um crítica da teoria “marxista” do Estado que, não por acaso, se concentra sobre a questão da invenção do Estado de “classe” moderno pela monarquia absoluta (francesa), ponto de honra do marxismo histórico e filosófico (...); no segundo tempo (72-73), temos uma teoria alternativa da “reprodução” das condições do capitalismo (e, em particular, do proletariado); é a mais impressionante para um “marxista” (ou um pós-marxista como eu); é também, de certa forma, uma retificação do modo pelo qual, no ano anterior, Foucault havia descartado a ideia de “reprodução”; ele lhe encontra outra utilidade; por fim, no terceiro tempo – adiado por muito tempo, muito além da investigação completamente distinta sobre o poder psiquiátrico e os anormais que, eu acredito, modifica profundamente sua metodologia –, temos em 75-76 uma refutação devastadora da própria ideia do “primado da luta de classes” a partir da “contra-história” da “guerra de raças”, que se desdobra sobre um outro conceito político, concorrente do marxismo (em certa medida, próximo de Schmitt, mas essa é uma outra questão). Encontramos então a “desqualificação” do marxismo que *As palavras e as coisas* haviam operado em 66, mas sobre uma outra base, não “epistemológica”, mas político-histórica” (BALIBAR, 2015a, pp. 285-286).

⁸ Conferência proferida em 20 de dezembro de 2014 no Colloque International “Marx & Foucault”, organizado pela Université Paris Ouest Nanterre La Défense, em Paris.

⁹ A intensa polêmica em torno do curso de 1979 foi reforçada por duas publicações, *Critiquer Foucault*, coletânea de textos não inéditos, organizada pelo sociólogo belga Daniel Zamora, no final de 2014, e o longo estudo de Serge Audier, *Penser le “néolibéralisme”*, lançado em 2015. Alguns meses antes, no principal evento por ocasião das atividades em memória dos trinta anos da morte de Foucault, realizado em junho de 2014 na Université Paris-Sorbonne e que reuniu os mais importantes especialistas franceses, esta discussão e mesmo o tema do neoliberalismo foram ignorados pela programação. Se as controvérsias não mereceram atenção nas efemérides, elas não cessaram de crescer nos últimos anos. Em março de 2016, também em Paris, o assunto foi objeto de um ciclo de conferências na American University of Paris, mas agora colocando, ao lado de figuras históricas do foucaultismo, pesquisadores menos identificados com o zelo pelo legado oficial do filósofo. As conclusões do relatório do evento indicam claramente a polarização entre as posições mantidas nos debates, que ora afirmavam a simpatia de Foucault com as teses neoliberais, ora atestavam a crítica global

de Foucault contra o neoliberalismo. Ver “Foucault and Neoliberalism: A Report from American University of Paris, by Luca Provenzano”. Disponível (on-line) em: <http://blogs.law.columbia.edu/foucault1313/2016/03/28/foucault-813-epilogue-foucault-and-neoliberalism-conference-report/>

¹⁰ Para o grupo de pesquisadores da Université Paris Nanterre e do Collège International de Philosophie que vem levantando a discussão sobre a relação entre as obras de Marx e Foucault, trata-se de uma tripla abordagem: “Foucault lendo Marx, Marx lido através de Foucault e nós lendo e combinando Marx e Foucault” (*Résumé du Colloque International Marx & Foucault*, sous la direction de Christian Laval, Luca Paltrinieri et Ferhat Taylan, 2015).

¹¹ “Sem dúvida, é verdade que os Soviéticos modificaram o regime da propriedade e o papel do Estado no controle da produção, mas eles aí transferiram as técnicas de gestão e de poder inventadas na Europa capitalista do século XIX. Os tipos de moralidade, as formas estéticas, os métodos disciplinares, tudo o que funcionava efetivamente na sociedade burguesa, já em 1850, passou em bloco ao regime soviético. Eu penso que o sistema de encarceramento foi inventado como sistema penal generalizado ao longo do século XVIII e instituído no século XIX em ligação com o desenvolvimento das sociedades capitalistas e do Estado correspondente a essas sociedades. A prisão não é, aliás, senão uma das técnicas de poder que foram necessárias para assegurar o desenvolvimento e o controle das forças produtivas. A disciplina de ateliê, a disciplina escolar, a disciplina militar, todas as disciplinas da existência em geral foram invenções técnicas dessa época. Ora, toda técnica pode ser transferida. Assim como os Soviéticos utilizaram o taylorismo e outros métodos de gestão experimentados pelo Ocidente, eles também adotaram nossas técnicas disciplinares, agregando uma arma nova ao arsenal que havíamos desenvolvido, a disciplina de partido” (FOUCAULT, 2001c, p. 65).

¹² Notadamente, as análises conduzidas, cada qual a seu modo e, como de amplo conhecimento, divergentes entre si, por Claude Lefort e Cornelius Castoriadis.

¹³ As intenções e hipóteses de pesquisa do grupo foram registradas por Gandal logo após a morte de Foucault. Cf. Imec. Fonds Michel Foucault. FCL 4.16. *Project Description: New Arts of Government in the Great War and Post-war Periods*.

¹⁴ Cf. *History of present*, n.º 1, February 1985, p. 6; Gandal (2008, p. vii).

¹⁵ Na acepção thompsoniana: “(...) conjunto de relações estruturado, em que o Estado, a lei, a ideologia antiautoritária, as agitações e ações diretas da multidão cumprem papéis intrínsecos ao sistema, e dentro de certos limites assinalados por este sistema, limites que são simultaneamente os limites do que é politicamente ‘possível’ e, até um grau extraordinário, também os limites do que é intelectual e culturalmente ‘possível’” (THOMPSON, 1984, p. 56).

¹⁶ A aula de 1 de fevereiro de 1978, em que Foucault propôs a noção de “governamentalidade” pela primeira vez, foi publicada na revista italiana *Aut Aut*, no seu último número do mesmo ano, a partir das anotações de Pasquale Pasquino. No Brasil, a versão de Pasquino foi traduzida e reunida na coletânea de textos de Foucault, hoje célebre, *Microfísica do poder*, de 1979. A publicação francesa da aula ocorreu no periódico militante *Actes*, também a partir do registro de Pasquino, mas apenas em 1986 (n.º 54).

¹⁷ A sistematização realizada e sua continuidade na diversidade de pesquisas que a utilizaram como forma de aplicação e ampliação do alcance do conceito para os mais diferentes segmentos, não apenas acadêmicos, deram argumentos suficientes para que se identificasse nessa atividade coletiva uma escola particular, os *governmentality studies*. O mapa dos estudos e autores mais significativos dessa escola foi desenhado por Colin Gordon (DONZELOT & GORDON, 2008). Valem destaque os trabalhos de Mitchell Dean (2010), Peter Miller (2008), Graham Burchell (1991) e Nikolas Rose (1998; 1999; 2007). Um panorama mais detalhado pode ser encontrado em Barry, Osborne e Rose (1996). Fora da ambiência britânica, mas com linha aproximada, destacam-se as pesquisas e os projetos editoriais de Thomas Lemke (2001), na Alemanha, e, além da originalidade já amplamente conhecida de Giorgio Agamben, Roberto Espósito (2008), na Itália, e o pioneiro Paul Rabinow (1989), nos EUA.

¹⁸ Marco fundador dessa modernidade econômica, a “revolução financeira” de meados da década de 1690 configurou “a súbita e traumática descoberta de um capital, na forma de títulos negociáveis do governo, e uma súbita e traumática descoberta de uma transformação histórica, causada pelo advento do crédito público” (POCOCK, 2003, p. 147). Mais ainda. Foi essa revolução da ordem econômica que “obrigou a sociedade capitalista a desenvolver como ideologia algo que a sociedade nunca possuía antes: a imagem de um futuro secular e histórico” (Idem, p. 136). Contudo, ao contrário da interpretação tradicional de que são os interesses puramente individuais e egoístas que definiram a emergência do liberalismo, tratava-se, nas suas origens mercantilistas, da retomada dos termos do republicanismo clássico e de suas controvérsias em torno das “virtudes” e da “corrupção” (Ibidem, p.148). A problematização liberal inglesa seria, assim, o próprio modo de governo pautado pela “propriedade móvel”, o dinheiro na forma de capital financeiro, e seus riscos. O mesmo Pocock explica: “A Dívida Nacional foi um recurso que permitiu à sociedade inglesa manter e expandir seu governo, exército e comércio, hipotecando seus rendimentos futuros. Isso foi suficiente para transformá-la no paradigma de uma sociedade que agora vivia cada vez mais da especulação e do crédito: ou seja, das expectativas dos homens nas capacidades recíprocas de ação e desempenho futuros” (Idem, pp. 135-136). O tema já havia sido abordado em *The Machiavellian Moment* (POCOCK, 1975). Para uma recomposição historiográfica da Economia Política, matriz teórica da modernidade britânica, ver Winch (1996, 2009).

¹⁹ Interpretação diametralmente oposta à de Winnusbst (2016), segundo a qual o GIP poderia ser caracterizado como uma “intervenção neoliberal”, na medida em que os efeitos táticos da “escavação, disseminação e circulação” das informações sobre as prisões seriam “ilégíveis” às análises tradicionais da crítica à ideologia. Ou seja, o neoliberalismo analisado no

curso de 1979, por adotar a “estratégia política não-ideológica”, constituiria um modelo para a investida foucaultiana contra o humanismo (Idem, pp. 198-199). Conclusões similares às de Behrent (2015), mas aplicadas à experiência do GIP. Curiosamente, nessa associação entre neoliberalismo e anti-humanismo foucaultiano observa-se o mesmo tipo de manobra e de posicionamento nas controvérsias, detectados pelo próprio Foucault (2001a, p. 686) na polarização entre existencialismo e estruturalismo na década de 1960.

²⁰ “Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1985, p. 89).

Referências

- AUDIÉ, Serge. (2015a), “Neoliberalism Through Foucault’s Eyes”. *History and Theory*, Vol. 54, n° 3, pp. 404-418.
- _____. (2015b), *Penser le “néolibéralisme”: Le moment néolibéral, Foucault et la crise du socialisme*. Paris, La Borde de l’Eau.
- _____. (2012), *Neo-libéralismé(s): Une archéologie intellectuelle*. Paris, Grasset.
- BALIBAR, Etienne. (1989), “Foucault et Marx: L’enjeu du nominalisme”. Em: Michel Foucault, *Philosophe : Rencontre internationale*, Paris 9, 10, 11 Janvier 1988. Paris, Des Travaux/Seuil.
- _____. (2015b), “Lettre d’Étienne Balibar à l’éditeur du cours, 4 décembre 2014”. Em: FOUCAULT, Michel. *Théories et institutions pénales, Cours au Collège de France, 1971-1972*. Paris, EHESS/Gallimard/Seuil.
- _____. (2015b), “L’anti-Marx de Michel Foucault”. Em: LAVAL, Christian; PALTRINIERI, Luca [e] TAYLAN, Ferhat (dir.). *Marx & Foucault : Lectures, usages, confrontations*. Paris, La Découverte.
- BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas [e] ROSE, Nikolas. (eds.). (1996), *Foucault and Political Reason*. Abingdon, Routledge.
- BEAULIEU, Alain. (2010a), “The Foucault Archives at Berkeley”. *Foucault Studies*, n° 10, pp. 144-154.
- _____. (2010b), “Towards a Liberal Utopia: The Connection Between Foucault’s Reporting on the Iranian Revolution and Ethical Turn”. *Philosophy and Social Criticism*, Vol. 36, n° 7, pp. 801-818.
- BEHRENT, Michael C. (2015), “Can the Critique of Capitalism Be a Antihumanist?”. *History and Theory*, Vol. 54, n° 3, pp. 372-388.
- BIDET, Jacques. (2014), *Foucault avec Marx*. Paris, La Fabrique éditions.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *La distinction: Critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne [e] LEMKE, Thomas. (eds.). (2011), *Governmentality: Current Issues and Future Challenge*. New York/London, Routledge.
- BURCHELL, Graham; GORDON, Colin [e] MILLER, Peter. (eds.). (1991), *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago, The University of Chicago Press.
- CHRISTOFFERSON, Michael Scott. (2004a), *French Intellectuals Against the Left: The Antitotalitarian Moment of the 1970s*. New York/Oxford, Berghahn Books.
- _____. (2014b), “Foucault et la ‘nouvelle philosophie’: Pourquoi Michel Foucault soutient les maîtres penseurs d’André Glucksmann”. Em: ZAMORA, Daniel (dir.). *Critiquer Foucault: Les années 1980 et la tentation néolibérale*. Bruxelles, éditions Aden.
- DEAN, Mitchell. (October 2015), “Foucault Must Not Be Defended”. *History and Theory*, Vol. 54, n° 3, pp. 389-403.
- _____. (2010), *Governmentality: Power and Rule in Modern Society*. London, Sage Publications.

- DONZELOT, Jacques. (2005), “Michel Foucault et l’intelligence du libéralisme”. *Esprit*, novembro. Disponível (on-line) em: <http://www.esprit.presse.fr/article/donzelot-jacques/michel-foucault-et-l-intelligence-du-liberalisme-13410>
- _____. [e] GORDON, Colin. (2008), “Governing Liberal Societies: The Foucault Effect in The English-Speaking World”. *Foucault Studies*, n° 5, pp. 48-62.
- ESPOSITO, Roberto. (2008), *Bíos: Biopolitics and Philosophy*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- EWALD, François; BECKER, Gary S. [e] HARCOURT, Bernard E. (2012), “Becker on Ewald on Foucault on Becker American Neoliberalism and Michel Foucault’s 1979’ Birth of Biopolitics’ Lectures”. *Coase-Sandor Institute for Law & Economics Working Paper*, n° 614, pp. 1-20.
- FOUCAULT, Michel. (1978), La “gouvernementalité”, *Lezione al Collège de France*, n° 167-168, pp. 12-29.
- _____. (1986), *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (1986), “La gouvernementalité”. *Actes*, n° 54, pp. 6-15.
- _____. (1990), “Qu’est-ce que la critique? Critique et *Aufklärung*”. *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, n° 2, pp. 35-63
- _____. (1995), *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- _____. (199), *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2001a), “Interview avec Michel Foucault”. Em: *Dits et écrits I (1954-1975)*, Paris, Quarto/Gallimard.
- _____. (2001b), “Les mailles du pouvoir”. Em: *Dits et écrits II (1976-1988)*. Paris, Quarto/Gallimard.
- _____. (2001c), “Michel Foucault: Crimes et châtements en U.R.S.S et ailleurs...”. Em: _____. *Dits et écrits II (1976-1988)*. Paris, Quarto/Gallimard.
- _____. (2001d), “Nietzsche, la généalogie, l’histoire”. Em: *Dits et écrits I (1954-1975)*. Paris, Quarto/Gallimard.
- _____. (2001e), “Qu’est-ce qu’un auteur?”. Em: *Dits et écrits I (1954-1975)*. Paris, Quarto/Gallimard.
- _____. (2008), *Nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2013), “Subjectivité et vérité (17 novembre 1980)”. Em: *L’origine de l’herméneutique de soi. Conférences prononcées à Dartmouth Collège, 1980*. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin.
- _____. (2014), *Surveiller et punir*. Paris, Tel Gallimard.
- GANDAL, Keith. (2008), *The Gun and the Pen: Hemingway, Fitzgerald, Faulkner, and the Fiction of Mobilization*. New York, Oxford University Press.
- GORDON, Colin. (1996), “Foucault in Britain”. Em: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas [e] ROSE, Nikolas (eds.) *Foucault and Political Reason*. Abingdon, Routledge.
- _____. (1991), “Governmental Rationality: An Introduction”. Em: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin [e] MILLER, Peter (eds.) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago, The University of Chicago Press.
- GRUPE D’INFORMATION SUR LES PRISONS. (2003), *Le Groupe d’information sur les prisons: Archives d’une lutte 1970-1972*. Paris, Éditions de l’Imec.

- _____. (2013), *Intolérable*. Paris, Verticales.
- GUIBERT, Jacques Antoine Hippolyte de. (1772), *Essai général de tactique, précédé d'un discours: Sur l'état actuel de la politique et de la science militaire en Europe, avec le plan d'un ouvrage intitulé: La France politique et militaire*. Exemplar depositado na Bibliothèque nationale de France.
- HOFFMAN, Marcelo. (2014), *Foucault and Power: The Influence of Political Engagement on Theories of Power*. New York/London, Bloomsbury Academic.
- HANNAH, Matthew. G. (2012), "Foucault's 'German Moment': Genealogy of a Disjuncture". *Foucault Studies*, n° 13, pp. 116-137.
- HORN, David. (1994), *Social Bodies: Science, Reproduction, and Italian Modernity*. New Jersey, Princeton University Press.
- KOTKIN, Stephen. (1997), *Magnetic Mountain: Stalinism as a Civilization*. Berkeley, University of California Press.
- JESSOP, Bob. (2004), "Pouvoir et stratégies chez Poulantzas et Foucault". *Actuel Marx*, Vol. 2004/2, n° 36, pp. 89-107.
- _____. (2011), "Constituting Another Foucault Effect: Foucault on States and Statecraft". Em: BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne [e] LEMKE, Thomas (eds). *Governamentality. Current issues and future challenges*. London/New York, Routledge.
- LAGASNERIE, Geoffroy de. (2012), *La dernière leçon de Michel Foucault: Sur le néolibéralisme, la théorie et la politique*. Paris, Librairie Arthème Fayard.
- LAVAL, Christian. (2015a), "La productivité du pouvoir". Em: _____; PALTRINIERI, Luca [e] TAYLAN, Ferhat (dir.). *Marx & Foucault: Lectures, usages, confrontations*. Paris, La Découverte.
- _____. (2015b), "L'héritage de Foucault n'est précédé d'aucun testament". Em: Michel Foucault: *Les Cours au Collège de France, Colloque à Cerisy (11 juin – 18 juin 2015)*, Texte inédit.
- LEGRAND, Stéphane. (2004), "Le marxisme oublié de Foucault". *Actuel Marx*, Vol. 2004/2, n° 36, pp. 27-43.
- LEMKE, Thomas. (2004), "'Marx sans guillemets': Foucault, la gouvernementalité et la critique du néolibéralisme". *Actuel Marx*, Vol. 2004/2, n° 36, pp. 13-26.
- _____. (2011), *Biopolitics: An Advanced Introduction*. New York, New York University Press.
- MACHEREY, P. (2014), *Le sujet des normes*. Paris, Éditions Amsterdam.
- MARX, Karl. (1975), "Marx à Engels, en Ryde". Em: *Marx-Engels Correspondance, Tome V: Juillet 1857 - Décembre 1859*. Paris, Éditions Sociales.
- _____. (1974-1978), "Chapitre XIII". Em: *Le Capital: Critique de l'Économie Politique. Livre I, 4e section*. Paris, Sociales.
- MEYET, Sylvain. (2005), "Les trajectoires d'un texte: 'La gouvernementalité' de Michel Foucault". Em: _____; NAVES, Marie-Cécile [e] RIBEMONT, Thomas (eds.). *Travailler avec Foucault: Retours sur le politique*. Paris, L'Harmattan.
- MILLER, Peter [e] ROSE, Nikolas. (2008), *Governing the Present: Administering Economic, Social and Personal Life*. Cambridge e Malden, Polity Press.

- NIGRO, Roberto. (2008), “Foucault, Reader and Critic of Marx”. Em: BIDEET, Jacques [e] KOUVELAKIS, Stathis (eds.). *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden, Koninklijke Brill/Hotei Publishing.
- OTA, Nilton Ken. (2016), “A quarta parede do marxismo francês: Maio de 68 e a invenção dos dispositivos intelectuais de engajamento”. *DoisPontos*, Vol. 13, n° 1, pp. 53-72.
- POCOCK, Joh. G. A. (2003), *Linguagens do ideário político*. São Paulo, Edusp.
- _____. (1975), *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton, Princeton University Press.
- RABINOW, Paul. (1989), *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- ROSE, Nikolas. (1998), *Inventing Our Selves: Psychology, Power, and Personhood*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1999), *Governing the Soul: The Shaping of the Private Self*. Londres, Free Association Books.
- _____. (2007), *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*. New Jersey, Princeton University Press.
- THOMPSON, Edward P. (1984), “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?”, Em: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Crítica.
- WINNUBST, Shannon. (2016), “The GIP as a Neoliberal Intervention: Trafficking in Illegible Concepts”. Em: ZURN, Perry [e] DILTS, Andrew (eds.). *Active intolerance: Michel Foucault, the Prisons Information Group, and the Future of Abolition*. London, Palgrave Macmillan.
- WINCH, Donald. (1996), *Riches and Poverty: An Intellectual History of Political Economy in Britain, 1750-1834*. Cambridge University Press.
- _____. (2009), *Wealth and Life: Essays on the Intellectual History of Political Economy in Britain, 1848-1914*. Cambridge University Press.
- ZAMORA, Daniel. (2014), “Michel Foucault et le dépérissement néolibéral de l'état”. Em: *Critiquer Foucault: Les années 1980 et la tentation néolibérale*. Bruxelles, Aden.

NILTON KEN OTA (nilton.ota@gmail.com) é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP, Brasil) e pesquisador associado do Sophiapol da Université Paris Ouest - Nanterre La Défense (Université Paris-Nanterre, França). É doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da USP, graduado em ciências sociais pela USP e graduado em comunicação social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM, São Paulo, Brasil).